

X LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ACTA Nº 17

Aos três dias do mês de Janeiro de dois mil e oito, pelas 16 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional (CAEIDR).

Presenças: Rui Vieira (PS), Afonso Candal (PS), Ceia da Silva (PS), David Martins (PS), Hortense Martins (PS), Lúcio Ferreira (PS), Miguel Ginestal (PS), Pedro Nuno Santos (PS), Rita Miguel (PS), Ventura Leite (PS), Duarte Lima (PSD), Hugo Velosa (PSD), Melchior Moreira (PSD), Mendes Bota (PSD), Rosário Águas (PSD), Agostinho Lopes (PCP), Helder Amaral (CDS-PP), José Gonçalves (PEV), Fátima Pimenta (PS), Jorge Fão (PS), Manuel José Rodrigues (PS), Teresa Venda (PS), José Eduardo Martins (PSD), Nuno da Câmara Pereira (PSD), Pedro Pinto (PSD), José Soeiro (PCP).

Faltas: Jorge Seguro Sanches (PS).

Ausências por trabalhos parlamentares: António Almeida Henriques (PSD).

Havendo quórum para funcionamento e deliberação, nos termos do nº 5 do artigo 58º do Regimento da Assembleia, o Presidente da Comissão, Sr. Deputado Rui Vieira, iniciou os trabalhos, com um ponto prévio à Ordem de Trabalhos, dando conta das seguintes informações:

- Jornadas Parlamentares do PSD, a 14 e 15 de Janeiro;
- Reunião de 15 de Janeiro com o Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República (RAR), ocorrerá em sede da Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território (CPLAOT);
- Deliberação nº 1/X da Mesa da AR, que integra as lacunas regimentais sobre registo de faltas nas comissões, devendo ser aplicada em todas as Comissões.
- Debate com o Primeiro-Ministro agendado para 9 de Janeiro.
- Debate com o Ministro da Agricultura, nos termos do artigo 225.º do RAR.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes solicitou um esclarecimento quanto à reunião de 15 de Janeiro, sobre se seria conjunta da CPLAOT com a CAEIDR, ao que o Sr. Presidente informou que não, estando prevista a vinda do Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional à CAEIDR e, 11 de Março.

De seguida, foi aprovada a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e votação das **Actas n.º 14 (12 de Dezembro) e 15 (18 de Dezembro)**.
2. Votação dos relatórios das **Audiências com a AFIA** (Associação de Fabricantes para a Indústria Automóvel) e a **ACTE** (Associação das Colectividades Têxteis Europeias) (19 de Dezembro).
3. Apreciação e votação do Parecer sobre o **Projecto de Lei n.º 417/X (PCP): Estabelece o regime jurídico das regiões de turismo – Dep. Helder Amaral**;
4. Requerimentos;

5. Nomeação de Relator para elaboração de parecer referente ao **Projecto de Lei n.º 429/X/3 (PCP): Regulação dos Horários de Funcionamento das Unidades de Comércio e Distribuição;**
6. Outros assuntos:
 - a) Expediente

No ponto 1 da Ordem de Trabalhos, referente à **Apreciação e votação das Actas n.º 14 (12 de Dezembro) e 15 (18 de Dezembro)**, o Sr. Deputado Agostinho Lopes informou que na Acta n.º 15 não estava referido que iria ser entregue uma Declaração de Voto do GP do PCP referente ao relatório da reforma da COM do sector vitivinícola, dando conta que a mesma seria entregue no dia seguinte. Nesta matéria, o Sr. Presidente recordou que alterações a actas, declarações de voto e outros documentos anexos, deverão dar entrada nos serviços de apoio à CAEIDR com a devida celeridade, para efeitos de cumprimento do disposto no artigo 107.º do RAR, de publicitação das actas no portal da AR. Por seu turno, a Sra. Deputada Rosário Águas informou ter enviado aos serviços da Comissão uma declaração de voto para anexar à Acta n.º 14. Não havendo mais intervenções dos Srs. Deputados, o Sr. Presidente colocou à votação a Acta n.º 14, que foi aprovada por unanimidade. Quanto à Acta n.º 15, foi igualmente colocada à votação, tendo sido aprovada com os votos a favor do PS, PSD, PCP e PEV, e a abstenção do CSD-PP. Em ambas as votações, registou-se a ausência do BE.

No ponto 2 da Ordem de Trabalhos, referente à **Votação dos relatórios das Audiências com a AFIA (Associação de Fabricantes para a Indústria Automóvel) e a ACTE (Associação das Colectividades Têxteis Europeias) (19 de Dezembro)**, o Sr. Deputado Ventura Leite, coordenador do Grupo de Trabalho da CAEIDR que recebeu a delegação da AFIA, deu conta das conclusões resultantes da audiência, da relevância do sector automóvel e da importância de a CAEIDR acompanhar esta matéria, nomeadamente através de um Grupo de Trabalho. O Sr. Deputado Agostinho Lopes corroborou esta intervenção, nomeadamente quanto à constituição de um Grupo de Trabalho. O relatório foi, de seguida, submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Quanto ao relatório da audiência concedida à ACTE, a Sra. Deputada Teresa Venda, coordenadora do Grupo de Trabalho da CAEIDR que recebeu o representante da referida associação, deu conta dos resultados da audiência, nomeadamente quanto à possibilidade de a CAEIDR – através de um Grupo de Trabalho para acompanhamento do Sector Têxtil – ou o GP do PS apresentar um Projecto de Resolução com vista a apoiar uma Petição Internacional “por uma qualidade certificada” no sector têxtil. No seguimento desta intervenção, a Sra. Deputada Rosário Águas deu conta da disponibilidade do GP do PSD para, independentemente da eventual constituição de um Grupo de Trabalho, reunir com a Sra. Deputada Teresa Venda com vista à elaboração de um Projecto de Resolução. O Sr. Deputado Agostinho Lopes considerou que a constituição de um Grupo de Trabalho nesta matéria é uma questão consensual. O Sr. Deputado

Helder Amaral corroborou a expectativa de criação de um Grupo de Trabalho neste âmbito. O relatório foi, então, submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade

Nas votações de ambos os relatórios foi registada a ausência do BE e deliberado enviar os relatórios às respectivas entidades.

Em nome da CAEIDR, o Sr. Presidente deu, entretanto, as boas vindas ao Sr. Deputado José Gonçalves, do PEV, apresentando os votos de um bom trabalho. Deu ainda conta, a título informativo, das datas prováveis para a Audição do Dr. Basílio Horta (Presidente da AICEP) e Dr. Nélson Sousa (responsável do Programa Operacional Factores de Competitividade/QREN).

No ponto 3 da Ordem de Trabalhos, relativo à **Apreciação e votação do Parecer sobre o Projecto de Lei n.º 417/X (PCP): Estabelece o regime jurídico das regiões de turismo**, o Sr. Deputado Helder Amaral apresentou o parecer por si efectuado, dando conta de não ter inserido no parecer a Parte II, deliberadamente. De seguida, o Sr. Presidente deu a palavra aos GP. O Sr. Deputado Mendes Bota cumprimentou o Sr. Deputado relator, considerando que sobre a matéria em apreço haverá um grande debate em sede de Plenário na sequência das apreciações parlamentares ao Decreto-Lei do Governo sobre as Áreas Regionais de Turismo. Considerou, ainda, que o Projecto de Lei do PCP contém alguns elementos interessantes, nomeadamente quanto ao financiamento. Em termos do conteúdo do parecer propriamente dito, sugeriu que fosse inserida a Confederação do Turismo Português (CTP) no âmbito das entidades a ser ouvida em audição. A Sra. Deputada Hortense Martins começou por saudar o Sr. Deputado relator, considerando o parecer claro e objectivo, saudando igualmente a iniciativa do PCP nesta matéria. Informou que não iria efectuar uma apreciação política do conteúdo do Projecto de Lei, deixando para tal a discussão em sede de Plenário, já agendada. Finalmente, concordou com o Sr. Deputado Mendes Bota quanto à inserção da CTP na listagem de entidades a ouvir em audição. O Sr. Deputado Mendes Bota opinou que as audições, pelo menos da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e da CTP deveriam ocorrer antes da discussão na generalidade no Plenário. O Sr. Deputado José Soeiro informou que a apresentação do Projecto de Lei por parte do PCP se insere no quadro de indefinição do sector, estando a discussão política remetida para Plenário, conforme o agendamento já referido. O Sr. Deputado Afonso Candal, no que diz respeito às conclusões, e de acordo com o disposto no artigo 141.º do Regimento, considerou ser possível efectuar uma consulta escrita à ANMP, e não obrigatoriamente uma audição, de forma a tornar o processo mais expedito. Acrescentou ainda que ambas as audições poderiam ser efectuadas durante a discussão na especialidade, caso o Projecto de Lei seja aprovado na generalidade. O Sr. Deputado Helder Amaral considerou que o texto do Projecto de Lei obrigada, de facto, a uma consulta da ANMP, estando disponível para alterar a redacção do parecer, de “audição” para “consulta”, sendo que a expressão “carácter obrigatório” se deveria manter. Igualmente, concordou em introduzir a CTP na listagem de outras entidades a ser ouvida em audição.

O Sr. Presidente deliberou que os serviços de apoio à CAEIDR iriam diligenciar com urgência a consulta escrita à ANMP, não obstante o agendamento já datado para debate em Plenário.

De seguida, colocou à votação o parecer, tendo este sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

O Sr. Presidente informou que o parecer seria enviado ao Presidente da Assembleia da República, com indicação de ter sido efectuada a referida consulta escrita.

No ponto 4 da Ordem de Trabalhos, referente aos **Requerimentos**, o Sr. Deputado Helder Amaral apresentou um Requerimento do CDS-PP para audição do Membro do Governo com tutela na área do Turismo, referindo ter enviado um outro Requerimento, que não teria ainda dado entrada nos serviços.

O requerimento do CDS-PP foi imediatamente submetido à votação, tendo sido rejeitado com os votos contra do PS e os votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP e PEV, registando-se a ausência do BE.

De seguida, o Sr. Deputado Mendes Bota apresentou um Requerimento do PSD para audição do Sr. Ministro da Economia e da Inovação, na sequência do diploma aprovado pelo Governo em matéria de Áreas Regionais de Turismo e da falta de esclarecimentos após o debate de actualidade suscitado pelo PSD, no âmbito do qual o PSD constatou o estranho silêncio do Sr. Secretário de Estado do Turismo. O Sr. Deputado Afonso Candal recordou que a única vez que o Sr. Ministro da Economia e da Inovação esteve na CAEIDR para prestar esclarecimentos em matéria de turismo apenas um Sr. Deputado do PSD se fez representar, exactamente o Sr. Deputado Mendes Bota. Recordou ainda que o Governo gere a sua presença na AR no âmbito das novas formas de debate em Plenário, regimentalmente previstas. Finalmente, considerou que se deve aguardar a promulgação do Decreto-Lei por parte do Sr. Presidente da República e posterior publicação em Diário da República. O Sr. Deputado Helder Amaral concordou que o Governo esteve presente para efeitos da apresentação do enquadramento legislativo, porém que o discurso governativo sobre esta matéria não tem sido uniforme, tendo até havido um retrocesso durante um Conselho de Ministros, pelo que concorda que seria importante o Sr. Ministro da Economia e da Inovação, enquanto tutela da área do turismo, vir à CAEIDR debater a reforma do sector do turismo. O Sr. Deputado José Soeiro informou que o PCP se pronunciaria a favor do Requerimento do PSD, recordou que o Governo criou expectativas relativamente à reforma do sector do turismo, expectativas que não foram cumpridas, considerando inaceitável que o Governo não se desloque à AR para discutir esta matéria. Concluiu, referindo que o Governo deveria dar a conhecer à AR as suas opções em matérias que afectam as Autarquias locais.

O requerimento do PSD foi, seguidamente, submetido à votação, tendo sido rejeitado com os votos contra do PS e os votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP e PEV, registando-se a ausência do BE.

Em sequência da votação, o Sr. Deputado Hugo Velosa pediu à Mesa o uso da palavra para uma declaração de voto oral, considerando ser incorrecto por parte do Sr. Deputado Afonso Candal invocar a reunião com o Sr. Ministro da Economia e Inovação onde o GP do PSD não estava plenamente representado, em virtude do facto de essa questão ter sido em tempo devidamente esclarecida. Considerou, ainda, que a AR deve ter um papel fundamental na matéria em discussão, recordando as disposições constitucionais relativas às autarquias locais, e que estas deveriam ser ouvidas nesta matéria. Deu conta que o GP do PSD poderia eventualmente fazer um requerimento potestativo, de acordo com as disposições previstas no n.º 4 do artigo 104.º do Regimento.

O Sr. Deputado Afonso Candal solicitou o uso da palavra para efectuar, igualmente, uma declaração de voto. Considerou que a matéria em discussão foi recentemente discutida, tendo até sido das mais discutidas com diversos tipos de contributos. Recordou, ainda, que entre a aprovação do novo normativo em conselho de ministros e a publicação, o Governo se deslocou à AR para discutir o assunto (não podendo discutir o texto propriamente dito), pelo que considera não fazer sentido repetir a discussão havida previamente.

No ponto 5 da Ordem de Trabalhos, relativo à **Nomeação de Relator para elaboração de parecer referente ao Projecto de Lei n.º 429/X/3 (PCP): Regulação dos Horários de**

Funcionamento das Unidades de Comércio e Distribuição Plano de Actividades, o Sr. Presidente deu conta da possibilidade de os autores do Projecto de Lei poderem apresentar o documento perante a CAEIDR, conforme o disposto no artigo 132.º do Regimento, tendo o Sr. Deputado José Soeiro solicitado à Mesa que tal apresentação fosse feita posteriormente, o que foi aceite. O Sr. Presidente deu ainda conta que a elaboração do parecer caberia ao BE. Dada a ausência do Sr. Deputado deste GP, os serviços de apoio à Comissão ficaram de contactar o Sr. Deputado deste GP.

No ponto 6 da Ordem de Trabalhos, referente aos **Outros Assuntos**, foi analisado o Expediente. O Sr. Presidente deu conta, no âmbito da solicitação da FITVEP para formalização de um Grupo de Trabalho sobre o Sector Têxtil, que teria de haver uma proposta formalizada por parte dos GP. Foi analisado o pedido de audiência das empresas Fareleiros e outras, tendo sido deliberado constituir um Grupo de Trabalho, coordenado pela Sra. Deputada Teresa Venda, e constituído pelos Srs. Deputados habitualmente presentes em audiências no âmbito deste sector, para receber as entidades supra-referidas. Quanto à exposição efectuada pelo Sr. Manuel Ferreira no âmbito dos direitos do consumidor, remetida à CAEIDR pela 1ª Comissão, foi dado conhecimento aos Srs. Deputados, remetendo eventuais iniciativas aos GP. O Sr. Deputado Afonso Candal recordou que da leitura dos documentos, o livro de reclamações fora entregue ao reclamante, não vendo portanto razão para a exposição efectuada. O Sr. Deputado Agostinho Lopes recordou um pedido previamente efectuado pela Casa do Douro para uma audiência urgente em sede da CAEIDR, tendo sido deliberado analisar esse pedido na reunião seguinte da Comissão.

A Sra. Deputada Rosário Águas pediu a palavra para solicitar informações sobre a audição do Sr. Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, nomeadamente no âmbito do processo de reforma da DOCAPESCAS. O Sr. Deputado Miguel Ginestal deu conta que fora deliberado na última reunião da CAEIDR remeter o processo de audição à Subcomissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

O Sr. Presidente solicitou o consentimento da Comissão para, no âmbito da execução do Plano de Actividades, enviar um ofício ao Presidente da Assembleia da República solicitando autorização para a CAEIDR se deslocar aos Açores no final de Fevereiro, tendo os Srs. Deputados dado a sua anuência. Ainda, informou ser necessário constituir um Grupo de Trabalho para preparação do Colóquio Parlamentar sobre “Economia Portuguesa”, solicitando aos GP a indicação de representantes.

A reunião foi dada por encerrada pelas 17 horas e 35 minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Lisboa, 8 de Janeiro de 2008.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Rui Vieira)